



BANCO PORTO REAL DE INVESTIMENTOS S/A
CNPJ: 40.429.946/0001-92 - TEL. (24) 3353-1400

Porto Real, 16 de fevereiro de 2023

Ao
BANCO CENTRAL DO BRASIL

Assunto: Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais:

Data-base a que se referem as demonstrações financeiras: dezembro/2022.

Relação de demonstrações financeiras e demais documentos contidos no arquivo são as seguintes:

- . Carta de apresentação;
- . Relatório da Administração;
- . Relatório da Auditoria Independente;
- . Balanço Patrimonial;
- . Demonstração do Resultado;
- . Demonstração do Resultado Abrangente;
- . Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- . Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- . Notas Explicativas; e
- . Termo declaratório da alta administração pela responsabilidade dos documentos do arquivo.

Data e o sítio eletrônico em que as demonstrações financeiras foram originalmente divulgadas.

- . Em virtude de não possuímos site na internet, nada temos a divulgar.

Luiz Eduardo T. M. da Costa
Diretor Presidente

Rogério Mattos Nogueira
Supervisor Contábil – CRC:051945/O-6-RJ



BANCO PORTO REAL DE INVESTIMENTOS S/A
CNPJ N.º 40.429.946/0001-92

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas e Clientes: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. nossas demonstrações financeiras de 31/12/2022, bem como o parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários quanto ao presente relatório. Porto Real, 03 de fevereiro de 2023. A Diretoria.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas do
Banco Porto Real de Investimentos S/A.
Porto Real - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Porto Real de Investimentos S/A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Porto Real de Investimentos S/A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2023

BINAH SP AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP 009.597/O-8

ISIDÉRIO DEUSDADO FERNANDES
CRC CT 1SP 165.075/O-2

BANCO PORTO REAL DE INVESTIMENTOS S/A**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante		17.906	15.974
Caixa e equivalentes de caixa		4.722	4.836
Disponibilidades		1	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	4.721	4.836
Operações de Crédito	5	12.604	10.464
Empréstimos e títulos descontados		12.646	10.487
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(42)	(23)
Outros Créditos	6	136	229
Outros Valores e Bens		444	445
Bens não de uso próprio	7	420	420
Despesas antecipadas		24	25
Não circulante		10.777	11.113
Realizável a longo prazo		10.758	11.089
Operações de Crédito	5	10.733	10.889
Empréstimos e títulos descontados		10.749	10.930
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(16)	(41)
Outros Créditos	6	25	200
Imobilizado de uso	8	19	24
Ativo imobilizado de uso		765	764
Depreciações acumuladas		(746)	(740)
Total do ativo		28.683	27.087

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO PORTO REAL DE INVESTIMENTOS S/A

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante		888	381
Outras obrigações	9	888	381
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2	-
Sociais e estatutárias		230	-
Fiscais e previdenciárias		382	107
Diversas		274	274
Patrimônio líquido	10	27.795	26.706
Capital social		26.816	26.816
Reservas de lucros		979	-
Prejuízos acumulados		-	(110)
Total do passivo		28.683	27.087

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO PORTO REAL DE INVESTIMENTOS S/A.**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022****(Em milhares de reais)**

	2º Semestre	Ano	
	2022	2022	2021
Receitas da intermediação financeira	2.822	5.216	3.460
Operações de crédito	2.413	4.492	3.269
Resultado de operações com títulos, valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	409	724	191
Despesas da intermediação financeira	1	6	(6)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1	6	(6)
Resultado bruto da intermediação financeira	2.823	5.222	3.454
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.751)	(3.431)	(4.487)
Rendas de tarifas bancárias	15	19	21
Despesas de pessoal	(1.268)	(2.456)	(2.274)
Outras despesas administrativas	(357)	(695)	(755)
Despesas tributárias	(141)	(262)	(224)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(37)	(1.255)
Resultado operacional	1.072	1.791	(1.033)
Resultado não operacional	57	105	58
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.129	1.896	(975)
Provisão para o IRPJ e CSLL (valores correntes)	(349)	(577)	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício/semestre	780	1.319	(975)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício/semestre por ação - R\$	0,078	0,132	(0,097)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO PORTO REAL DE INVESTIMENTOS S/A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

	2º Semestre	Ano	
	2022	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício/semestre	780	1.319	(975)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Lucro (prejuízo) abrangente do exercício/semestre	780	1.319	(975)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO PORTO REAL DE INVESTIMENTOS S/A**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	<u>Reserva de Lucros</u>			<u>Lucros/ (Prejuízos) Acumulados</u>	<u>Total</u>
	<u>Capital Social</u>	<u>Legal</u>	<u>Especial de Lucros</u>		
Saldos em 31/12/2020	26.816	326	539	-	27.681
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(975)	(975)
Absorção do prejuízo pela reserva legal	-	(326)	-	326	-
Absorção do prejuízo pela reserva de lucros especiais	-	-	(539)	539	-
Saldos em 31/12/2021	26.816	-	-	(110)	26.706
Saldos em 31/12/2021	26.816	-	-	(110)	26.706
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.319	1.319
Reserva legal	-	60	-	(60)	-
Dividendos obrigatórios (estatuto)	-	-	-	(230)	(230)
Constituição de reserva de lucros especiais	-	-	919	(919)	-
Saldos em 31/12/2022	26.816	60	919	-	27.795
Saldos em 30/06/2022	26.816	21	408	-	27.245
Lucro líquido do 2º semestre	-	-	-	780	780
Reserva legal	-	39	-	(39)	-
Dividendos obrigatórios (estatuto)	-	-	-	(230)	(230)
Constituição de reserva de lucros especiais	-	-	511	(511)	-
Saldos em 31/12/2022	26.816	60	919	-	27.795

BANCO PORTO REAL DE INVESTIMENTOS S/A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO – DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	2º Semestre	Ano	
	2022	2022	2021
Atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício/semestre	780	1.319	(975)
Depreciação e amortização	4	7	8
Dividendos propostos	-	-	-
Modificações nos ativos e passivos operacionais			
(Aumento) redução de operações de crédito	(3.458)	(1.983)	2.880
(Aumento) redução de outros créditos e outros valores e bens	276	267	588
Aumento (redução) de outras obrigações	72	277	(594)
Caixa líquido originado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(2.326)</u>	<u>(113)</u>	<u>1.907</u>
Atividades de investimentos			
Compra (aumento) de imobilizado de uso	-	(1)	(12)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>(12)</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.326)</u>	<u>(114)</u>	<u>1.895</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/semestre	7.048	4.836	2.941
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício/semestre	4.722	4.722	4.836
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.326)</u>	<u>(114)</u>	<u>1.895</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO PORTO REAL DE INVESTIMENTOS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

O Banco Porto Real de Investimentos S/A, foi autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 05/05/1992 com carteira comercial. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de maio de 2001, foi deliberada a transformação do Banco Porto Real S/A de banco comercial para banco de investimentos, passando a denominar-se Banco Porto Real de Investimentos S/A. Essa transformação foi aprovada pelo Bacen em 31/08/2001.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras (DFs) do Banco Porto Real de Investimentos S/A, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das DFs, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Todas as informações relevantes próprias das DFs do Banco Porto Real de Investimentos S/A, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pelo Banco Porto Real de Investimentos S/A na sua gestão.

A preparação das DFs requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo a principal a provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PCLD).

As DFs do período findo em 31.12.2022 foram aprovadas pela Administração em 02/02/2023.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, “pro rata” dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até as datas dos balanços patrimoniais.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As DFs estão apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Porto Real de Investimentos S/A.

c) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias auferidas e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários classificados na carteira própria, com prazo original igual ou inferior a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerada insignificante.

e) Carteira de créditos e PCLD

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando-se em consideração as experiências anteriores com os tomadores de recursos, a avaliação dos riscos desses tomadores e seus garantidores, a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

f) Imobilizado de uso

Os bens classificados no imobilizado de uso, são registrados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas anuais, mencionadas na Nota 8, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

g) Programa de integração social (PIS) e contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo.

h) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A despesa de IRPJ é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável. A Lei nº 13.169/15, que altera a Lei nº 7.689/88, elevou a alíquota da CSLL para 20% referente ao período compreendido entre 01/12/2015 a 31/12/2018. A partir de 01/01/2019, a alíquota da CSLL voltou a ser de 15%. A Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019 no seu artigo 32º, elevou a alíquota da CSLL para 20% a partir de 01/03/2020.

A medida provisória nº 1.034 de 01/03/2021, convertida na lei 14.183 de 14/07/2021, alterou a alíquota da CSLL para bancos, de 20% para 25%, vigorando a partir de 01/07/2021 até 31/12/2021.

A medida provisória nº 1.115 de 28/04/2022, convertida na lei 14.446 de 02/09/2022 alterou a alíquota da CSLL para bancos, de 20% para 21%, vigorando a partir de 01/08/2022 até 31/12/2022.

Prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL - Em 31/12/2022, o Banco apresenta prejuízos fiscais acumulados de IRPJ de R\$ 8.215 (R\$ 8.782 em 31/12/2021) e base negativa de CSLL de R\$ 8.332 (R\$ 8.898 em 31/12/2021), os quais são compensáveis com lucros tributáveis futuros.

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Nos termos do CPC 25, os ativos e passivos contingentes e obrigações legais, são tratados contabilmente como segue: os ativos enquanto contingentes não são provisionados e divulgados; as contingências passivas são provisionadas quando consideradas como perdas prováveis e são divulgadas e as contingências classificadas como perdas possíveis são também publicadas. Por fim, as obrigações legais são sempre provisionadas e se relevantes, são divulgadas.

j) Uso de estimativas contábeis

A preparação das DFs exige que a Administração efetue certas estimativas contábeis e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como, especificamente: (i) Provisão para PCLD; e (ii) Avaliação de instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas contábeis.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

As aplicações estão concentradas em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), conforme apresentado a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Aplicações financeiras (a)	<u>4.721</u>	<u>4.836</u>
Caixa e equivalente de caixa	<u>4.721</u>	<u>4.836</u>

(a) Correspondem às aplicações de liquidez no vencimento, vinculadas à variação do CDI em que as taxas de remuneração variaram no 2º semestre de 2022 e precedente entre 90% a 101,50% do CDI.

5. Operações de Crédito

a) Composição e prazos das carteiras (empréstimos e títulos descontados)

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Ativo circulante		
Vincendos até 90 dias	2.725	2.140
Vincendos de 91 até 360 dias	9.921	8.347
Provisão para PCLD	(42)	(23)
Parcela classificada no ativo circulante	<u>12.604</u>	<u>10.464</u>
Ativo não circulante - realizável a longo prazo		
Vincendos acima de 360 dias	10.749	10.930
Provisão para PCLD	(16)	(41)
Parcela classificada no ativo não circulante - realizável a longo prazo	<u>10.733</u>	<u>10.889</u>
Total de empréstimos e títulos descontados	23.395	21.417
Provisão para PCLD	(58)	(64)
Total de empréstimos e títulos descontados	<u><u>23.337</u></u>	<u><u>21.353</u></u>

b) Composição da carteira (empréstimos e títulos descontados), por setor de atividade (setor privado)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo circulante		
Comércio	1.868	855
Outros segmentos	10.778	9.627
Pessoa física	-	5
Provisão para PCLD	(42)	(23)
Parcela classificada no ativo circulante	<u>12.604</u>	<u>10.464</u>
Ativo não circulante - realizável a longo prazo		
Comércio	202	1.477
Outros segmentos	10.547	9.453
Provisão para PCLD	(16)	(41)
Parcela classificada no ativo não circulante - realizável a longo prazo	<u>10.733</u>	<u>10.889</u>
Total de empréstimos e títulos descontados	23.395	21.417
Provisão para PCLD	(58)	(64)
Total de empréstimos e títulos descontados	<u><u>23.337</u></u>	<u><u>21.353</u></u>

c) PCLD por níveis de risco (Res. CMN nº 2.682/99 - nota 3.e.)

Ativo circulante	31.12.2022	31.12.2021
Nível AA - adimplente	6.130	6.901
Nível A - adimplente	4.560	2.487
Nível B - adimplente	1.956	1.099
Provisão para PCLD	(42)	(23)
Parcela classificada no ativo circulante	12.604	10.464
Ativo não circulante - realizável a longo prazo		
Nível AA – adimplente	7.531	4.313
Nível A – adimplente	3.218	4.939
Nível B – adimplente	-	1.678
Provisão para PCLD	(16)	(41)
Parcela classificada no ativo não circulante - realizável a longo prazo	10.733	10.889
Total de Empréstimos e títulos descontados	23.395	21.417
Provisão para PCLD	(58)	(64)
Total de empréstimos e títulos descontados	23.337	21.353

d) Operações renegociadas e recuperadas

<u>Tipo</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Renegociadas no 2º semestre (*)	2.037	2.062
Recuperadas no 2º semestre	8	9

(*) Operação de crédito rotativo renegociada.

6. Outros Créditos

	31.12.2022	31.12.2021
Devedores por compra de valores e bens	135	358
Pagamentos a ressarcir	-	4
Adiantamentos p/ pgto nossas contas	1	2
Impostos e contribuições a compensar (IRPJ e CSLL)	25	65
Total de outros créditos	161	429
Parcela classificada no ativo não circulante - realizável a longo prazo	(25)	(200)
Parcela classificada no ativo circulante	136	229

7. Outros Valores e Bens

	31.12.2022	31.12.2021
Total de bens (imóveis) não de uso próprio - sem necessidade de provisão para <i>impairment</i> nos termos do CPC-01, baseado em avaliações efetuadas.	420	420

8. Imobilizado de Uso

Descrição	31.12.2022			31.12.2021			Taxa
	C.C.	D.A.	I.L.	C.C.	D.A.	I.L.	
Mobiliário	460	(458)	2	460	(457)	3	10%
Veículos	117	(117)	-	117	(117)	-	20%
Sistemas de processamento de dados	110	(102)	8	109	(99)	10	20%
Instalações	21	(18)	3	21	(17)	4	10%
Sistemas de comunicação	16	(13)	3	16	(12)	4	10%
Aparelhos de refrigeração	24	(21)	3	24	(21)	3	10%
Armas e equipamentos	5	(5)	-	5	(5)	-	10%
Outros bens	4	(4)	-	4	(4)	-	10%
Máquinas	5	(5)	-	5	(5)	-	10%
Sistemas de alarme	3	(3)	-	3	(3)	-	10%
Total	765	(746)	19	764	(740)	24	

9. Outras Obrigações

	31.12.2022	31.12.2021
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	2	-
Sociais e estatutárias	230	-
Fiscais e previdenciárias	382	107
Diversas (*)	274	274
Total do passivo circulante	888	381

(*) O banco possuía uma ação de contingência civil movida contra o banco, sendo avaliado pelo nosso advogado com perda provável, cujo risco mensurado está provisionado na conta “Provisão para contingências” no montante de R\$ 606. Em 2021 o Banco fez acordo e liquidou a ação.

10. Patrimônio Líquido

a) O capital social do Banco de R\$ 26.816 em 31.12.2022 e em 31.12.2021, é representado por 10.003.768 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas. O capital é remunerado através da distribuição de um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 20% sobre o lucro líquido do exercício, podendo a Assembleia Geral deliberar sobre a distribuição de dividendos inferiores ao obrigatório, bem como sobre a não distribuição de dividendos no encerramento de cada exercício, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

b) Apurado lucro no exercício de 2022, no montante de R\$ 1.319, deste montante, R\$ 60 foi à reserva legal, R\$ 919 foi destinado à reserva especial de lucro e R\$ 230 foi destinado à dividendo mínimo obrigatório (estatuto). No exercício de 2021 foi apurado prejuízo de R\$ 975, deste montante, R\$ 326 foi absorvido pela reserva legal e R\$ 539 foi absorvido pela reserva especial de lucro, remanescendo um prejuízo de R\$ 110.

11. Declaração de Apetite por Riscos

O Banco desenvolveu uma escala interna de classificação de suas exposições ativas e passivas ao apetite por riscos, para cada estrutura de riscos foi atribuído uma escala de classificação.

12. Gerenciamento de Riscos

a) Risco operacional

O Banco adota uma postura crítica para a melhor gestão, através da identificação e revisão dos riscos, acompanhamento de incidentes e implantação de controles permitindo: identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais, resultando a melhor relação entre risco e retorno.

b) Risco de crédito

A essência da atividade bancária é a de intermediar recursos, concedendo empréstimos a atividades produtivas, lícitas e saudáveis, o que implica, não obstante, na aceitação de riscos de crédito. Estes riscos são maiores em função de comportamentos setoriais.

Os clientes são monitorados, visando identificar qualquer alteração que possa comprometer sua capacidade de pagamento, antecipando ações de cobrança.

No processo decisório, a quantidade e a qualidade das informações têm relação direta com a segurança da decisão. Enriquecer o universo de informações ou dados sobre cada crédito proporciona alcançar os níveis previstos de empréstimos, mantendo apropriados os padrões das operações, reduzindo os riscos a limites razoáveis, minimizando perdas, avaliando novas oportunidades de negócios e obtendo liquidez adequada.

c) Risco de liquidez e de mercado

O Banco emprega uma política conservadora na administração da exposição de risco de mercado, supervisionando e controlando diariamente de forma eficaz cada fator de risco para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica do preço do ativo. Em relação ao risco de liquidez a instituição mantém controle e acompanhamento das posições dos ativos negociáveis e dos passivos exigíveis, em consonância com o perfil operacional do Banco.

d) Risco social, ambiental e climático

Os riscos sociais, ambientais e climáticos integram as variáveis de cada risco aos negócios do Banco e determinam procedimentos e ações a serem observados em todas as etapas do relacionamento junto aos seus clientes. O principal objetivo é monitorar os impactos diretos e indiretos nas questões sociais, ambientais e climáticos, evitando a influência negativa ao desempenho e a reputação do Banco.

13. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192/2013 compatível com os riscos de suas atividades.

O PR, totalizando o valor de R\$ 27.795 (R\$ 26.706 em 31.12.2021), encontra-se compatível com grau de risco da estrutura dos ativos em 31.12.2022, com percentual de índice de Basileia 85,97% (89,82% em 31.12.2021).

14. Resolução 4.966 – artigo 76º

O instrumento financeiro do banco com maior expressão é o ativo financeiro (operações de créditos) e são de baixíssima complexidade, os clientes são formados somente por pessoas jurídicas e os ativos financeiros praticados são capital de giro e crédito rotativo. O banco adotará a metodologia simplificada de apuração da provisão para perdas esperadas, conforme determina o artigo 50º da referida resolução.

Não haverá impacto financeiro na aplicabilidade da resolução, visto que nossos instrumentos financeiros não iram demandar alterações significativas nas atuais provisões para perdas esperadas dos instrumentos financeiros.



BANCO PORTO REAL DE INVESTIMENTOS S/A
CNPJ: 40.429.946/0001-92 - TEL. (24) 3353-1400

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS DOCUMENTOS CONTIDOS NO ARQUIVO

Eu, Luiz Eduardo Tarquínio Monteiro da Costa CPF: 301.710.917-87, Diretor Presidente do Banco Porto Real de Investimentos S/A, CNPJ: 40.429.946/0001-92, eleito pela AGO de 11 de março de 2021, assumo a inteira responsabilidade pelos documentos contidos no arquivo.

Porto Real, 16 de fevereiro de 2023

Luiz Eduardo Tarquínio Monteiro da Costa
Diretor Presidente